

Daniel Martins e Avelar

PODER DISCIPLINAR

Entre a sanção e o consenso

Prefácio

Eurico Bitencourt Neto

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins do livro

DIREITO DISCIPLINAR.

Palavras-chave

PODER DISCIPLINAR; IMPERATIVIDADE;
SENSUALIDADE; SANÇÃO DISCIPLINAR;
ACORDO SUBSTITUTIVO.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm

CÓDIGO: 3537

Daniel Martins e Avelar

PODER DISCIPLINAR

ENTRE A SANÇÃO E O CONSENSO

Prefácio
Eurico Bitencourt Neto

FORUM

A presente obra, fruto da pesquisa desenvolvida pelo autor no mestrado, trata do poder disciplinar da Administração Pública sob o enfoque da teoria da normalidade da ação consensual. A partir de breve reconstituição histórica, defende-se que a Constituição da República de 1988 constitui o marco normativo da consensualidade no Brasil e que o art. 26 da LINDB tem conteúdo de norma permissiva genérica de acordos administrativos, inclusive em matéria disciplinar. O exercício consensual do poder disciplinar, porém, não pode prejudicar o seu exercício imperativo, mediante a aplicação unilateral de sanções, nas hipóteses cabíveis. O que a obra propõe, em suma, é a conjugação da imperatividade (aplicação unilateral de sanção) com a consensualidade (acordos substitutivos), como instrumentos para a satisfação dos interesses públicos, sem a desconsideração dos interesses privados envolvidos no caso concreto.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

A949p Avelar, Daniel Martins e
Poder disciplinar: entre a sanção e o consenso / Daniel Martins e Avelar. Belo Horizonte: Fórum, 2025.
190p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-65-5518-875-2

ISBN digital 978-65-5518-880-6

1. Poder disciplinar. 2. Imperatividade. 3. Consensualidade. 4. Sanção disciplinar.
5. Acordo substitutivo. I. Título.

CDD: 350

CDU: 35

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

AVELAR, Daniel Martins e. *Poder disciplinar: entre a sanção e o consenso*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 190p. ISBN 978-65-5518-875-2.

Daniel Martins e Avelar

Bacharel em Direito e Mestre em Direito e Administração Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-graduado, nível especialização, em Gestão Pública Municipal, pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); em Finanças Públicas, pela Escola de Contas Prof. Pedro Aleixo, do TCE/MG; e em Direito Processual Civil, pela Universidade FUMEC. Advogado, professor e palestrante.

PREFÁCIO	
Eurico Bitencourt Neto	11
INTRODUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	13
CAPÍTULO 1	
EVOLUÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO: DA EXCLUSIVIDADE DA AÇÃO IMPERATIVA À NORMALIDADE DA AÇÃO CONSENSUAL.....	19
1.1 Gênese imperativa do Direito Administrativo de matriz francesa.....	22
1.2 A Administração Pública imperativa nas Constituições brasileiras do período pré-1988.....	34
1.3 O paradigma da Administração Pública consensual na Constituição da República de 1988.....	40
CAPÍTULO 2	
PODER DISCIPLINAR.....	49
2.1 A superação da teoria da relação de sujeição especial.....	51
2.2 Exercício do poder disciplinar: normalidade da ação consensual e alternância com a ação imperativa.....	57
2.3 Consensualidade, reserva de lei e autorização genérica de acordos na Administração Pública.....	63
2.4 Conformação normativa das hipóteses de solução consensual em matéria disciplinar.....	72
CAPÍTULO 3	
EXERCÍCIO IMPERATIVO DO PODER DISCIPLINAR.....	83
3.1 Sanção administrativa e sanção penal.....	83
3.2 Sanção disciplinar: fundamento, finalidades e regime jurídico..	89
3.3 Sanções disciplinares em espécie.....	91
3.4 Princípio da culpabilidade e responsabilidade disciplinar subjetiva.....	96
3.5 Imperatividade e devido processo legal.....	100
3.6 O ato unilateral de imposição de sanção: necessária ponderação de interesses e critérios.....	104
CAPÍTULO 4	
EXERCÍCIO CONSENSUAL DO PODER DISCIPLINAR.....	111
4.1 Acordos substitutivos.....	112
4.2 Ajustamento de conduta.....	116
4.3 Confissão (<i>plea bargaining</i> disciplinar).....	121
4.4 Colaboração premiada.....	130
4.5 Ressarcimento ao erário.....	134
CAPÍTULO 5	
CONSENSUALIDADE E DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	137
5.1 Devido processo administrativo de negociação.....	148
5.2 A mediação e os conflitos interpessoais na Administração Pública.....	154
5.3 Acordos substitutivos de adesão: hipótese excepcional.....	159
CONCLUSÕES.....	165
REFERÊNCIAS.....	171